

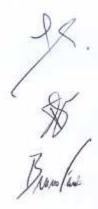
# Relatório de Gestão e Contas 2011

Madalena do Pico, 20 de Março de 2012

# Jano Vine

## Índice

- I Relatório de gestão
- II Balanço
- III Demonstração dos resultados por naturezas
- IV Demonstração das alterações no capital próprio
- V Demonstração dos fluxos de caixa
- VI Anexo às demonstrações financeiras
- VII Relatório e Parecer do Fiscal Único
- VIII Certificação Legal de Contas



I – Relatório de Gestão



Bustin

#### Relatório do Conselho de Administração - 2011

### 1. ENQUADRAMENTO ECONOMICO

As projeções do Banco de Portugal apontam para uma contração da economia portuguesa em 2011, de -1,6% do PIB e em 2012 de - 3,1% do PIB, seguida de uma possível estagnação em 2013. Esta contração da atividade económica, a qual não tem precedente na economia portuguesa, traduz uma queda significativa da procura interna, tanto pública como privada, num quadro de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos básicos. A forte contração da procura interna deverá ser acompanhada por um crescimento significativo das exportações, o qual será manifestamente insuficiente para compensar o impacto do ajustamento dos níveis de procura por parte dos agentes residentes, num quadro de desalavancagem do setor privado e de consolidação orçamental.

No quadro da crise da dívida soberana na área do euro, a economia portuguesa intensificou em 2011 o inadiável processo de ajustamento dos desequilibrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos. Estes desequilíbrios tinhamse traduzido em necessidades de financiamento externo persistentes e elevadas e consequentemente, numa trajetória insustentável da posição de investimento internacional na economia portuguesa.

Num contexto de fortes tensões nos mercados financeiros internacionais, estes desequilíbrios constituem uma acrescida vulnerabilidade da economia portuguesa, contribuindo para a perda de acesso do setor público e, em consequência, do setor bancário – a financiamento de mercado em condições regulares. Deste modo, o Estado português solicitou no início de 2011, a assistência financeira junto do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia. Este pedido deu lugar à formalização de um

de Brunvlan

Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), em que o Governo de Portugal se comprometeu a adotar medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de caráter estrutural. Estas medidas visam assegurar condições indispensáveis ao aumento do potencial de crescimento da economia portuguesa e permitir um padrão de crescimento sustentável face ao novo quadro de funcionamento dos mercados financeiros internacionais, mas terão um inevitável efeito contorcionista no curto prazo. Assim, para o período 2011-2013 espera-se uma contração sem precedentes da atividade económica e da procura interna, acompanhada de uma redução substancial do desequilíbrio externo da economia portuguesa.

Atendendo ao nível de endividamento externo atingido, basta referir que em 1995 a divida líquida externa de Portugal era de 7% do PIB e em 2010 este indicador representava 109% do PIB, ou seja 15 vezes superior ao valor de 1995, pelo que neste contexto, a redução da procura interna torna-se necessária para assegurar as condições de solvabilidade externa da economia portuguesa e terá com certeza uma magnitude sem precedentes. O seu impacto sobre a atividade económica dependerá em larga medida do enquadramento externo da economia portuguesa. Em 2012 espera-se um abrandamento do crescimento económico mundial, em particular na área do euro, num contexto de recrudescimento das tensões financeiras internacionais, largamente determinado pela recente intensificação da crise da dívida soberana na área do euro e pela necessidade de consolidação orçamental em diversas economias avançadas.

Ao nível interno, a atual situação está fortemente condicionada pela adoção de medidas de consolidação Orçamental no âmbito do Orçamento de Estado para 2012 (OE2012). Refira-se que o cumprimento dos objetivos orçamentais para 2011 apenas foi atingido pelo recurso significativo a medidas de caráter auto reversível. Em particular, destaquese a transferência parcial dos fundos de pensões do setor bancário para a Segurança Social, a qual implica um aumento da despesa futura em pensões a cargo do Estado.



Bruso line

Adicionalmente, a prossecução óbvia do processo de desalavancagem do setor bancário e a redução dos níveis de endividamento dos agentes privados, irão constituir parte integrante do processo de ajustamento da economia portuguesa nos próximos anos, pelo que se traduzirá numa menor circulação da massa monetária, tornando-se o credito á economia altamente selectivo, restritivo e caro.

#### 2 - EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

MADALENAGIR, S.A. pessoa colectiva com o número 512.099.642, com sede na Avenida Machado Serpa, 30 na Vila de Madalena do Pico, teve o seu início de actividade em Março de 2007, teve como objecto a concepção e construção de diversos empreendimentos públicos no Concelho de Madalena do Pico.

Alguns destes projectos, foram desenvolvidos no âmbito de uma Parceira Publico Privada entre a Empresa Municipal Madalena Progresso E.M. e um conjunto de privados com experiência em diversos domínios na área da concepção, construção e montagem de parcerias público privadas, resultando no compromisso de levar a cabo a execução e colocar em funcionamento diversos Equipamentos colectivos de primordial interesse para o Concelho de Madalena do Pico e também para a Ilha do Pico.

Neste âmbito, os diversos Equipamentos Colectivos a serem desenvolvidos são de manifesto interesse turístico para a ilha do Pico, uma vez que permitem oferecer uma mais-valia na oferta e diversidade de equipamentos colectivos quer para quem visita do exterior o concelho, quer para os residentes, permitindo a execução num curto prazo de tempo de infra-estruturas necessárias para o incremento económico da Vila da Madalena bem como, potenciar a oferta e diversidade na qualidade de equipamentos numa ilha longe dos grandes centros urbanos, onde a componente pública tem um papel supletivo á actividade económica e social, sendo preponderante e fundamental para o desenvolvimento local.

Os projectos reflectem igualmente a preocupação de criar algo de novo no contexto socioeconómico da ilha.

abo os Buntare

Assim o Plano de investimentos para a Madalenagir S.A., pretendeu levar a cabo os seguintes empreendimentos:

- 1- Execução do complexo desportivo de S. Mateus, compreendendo a execução do campo de futebol e respectivas bancada e iluminação.
- 2- Execução do Edificio Multiusos
- Execução do Auditório e respectivos Arranjos exteriores.
- 4- Edifício Sócio Educativo do Concelho da Madalena,

Sendo estes os principais objectivos de investimento da sociedade, desde a sua constituição, o ano de 2010, marcou a fase de execução dos projetos para o Pavilhão desportivo da Madalena e do auditório Municipal, situação esta que resultou do impasse criado por parte de Governo Regional, na cedência dos terrenos inicialmente definidos para a instalação deste dois equipamentos, o que obrigou a redefinir uma nova localização para aqueles dois equipamentos.

O capital social da empresa é de 50.000 €, através de 50.000 acções de 1 euros cada, subscrito do seguinte modo em 31 de Dezembro de 2011:

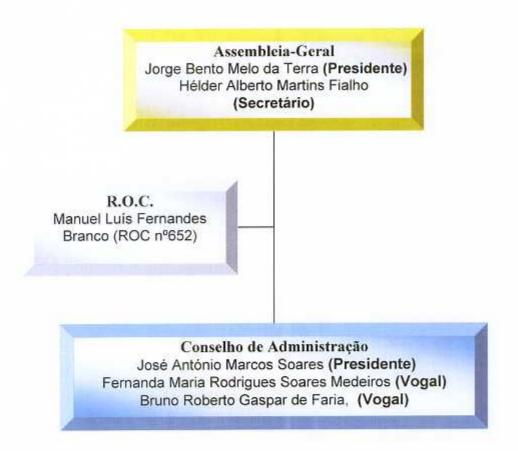
#### Estrutura Accionista

Entidade	Acções	Valor	%
MADALENA PROGRESSO EEM	50.000	50.000	100,00%
	50.000	50.000	100%



Bruso l'ani

Estrutura organizacional Em 31 de Dezembro de 2011



## 2 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após 31 de Dezembro de 2011 e até á presente data, não ocorreram factos financeiros, económicos e patrimoniais relevantes que influenciassem os resultados de 2011.

## 3. EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

Finalizado o processo de licenciamento dos projetos de execução do Auditório da Madalena do Pico, procedeu-se durante o ano de 2011 ao lançamento do concurso público para a execução Auditório Municipal, tendo-se consignado a empreitada no início de fevereiro de 2012, prevendo-se a conclusão no Verão de 2013 da respectiva empreitada. Em 2012, irão ser realizados dois novos investimentos, incluídos no

do Bruso (ini

respectivo plano anual, ou seja a remodelação da escola profissional da Madalena do Pico e a adaptação a Museu Municipal do edifício da ex-sede do Futebol Clube da Madalena.

## 4. BREVE ANALISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

- A empresa tem cumprido a regra do equilíbrio de exploração, situação esta obrigatória ao abrigo da Lei 53-F /2006 de 29 de Dezembro, mantendo-se na sua exploração perfeitamente equilibrada, conforme provam os elementos contabilísticos e financeiros.
- O activo líquido da empresa, em 31 Dezembro de 2011, situou-se nos 3,5 milhões de euros.
- Os custos totais de atividade operacional (excluindo juros e amortizações) da empresa totalizaram em 2011, os 64,7 mil euros

Ao nível de recursos humanos, a sociedade conta no seu quadro com uma técnica superior, a qual desenvolve toda a actividade administrativa da sociedade. Toda a actividade de operacional apoiada por um quadro em regime de outsourcing para os assuntos administrativos/financeiros, de controlo administrativo e de custos da sociedade, bem como no apoio aos projectos de investimento.

O Conselho de Administração é composto por 3 elementos, o qual reúne de dois em dois meses, quando necessário, para acompanhar a gestão da sociedade, bem como avaliar, acompanhar e decidir sobre a execução dos projectos de investimento.

A Sociedade tem definido e subjacente á sua actividade, um plano de actividades plurianual para o período 2010-2013.





## 5 - DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

## 6 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Foi apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, um resultado antes de impostos de 0 (zero) euros, e igualmente um resultado líquido nulo.

È proposto pelo Conselho de Administração a aplicação dos resultados líquidos do exercício em resultados transitados

Como nota final, a Administração aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionam.

Madalena do Pico, 20 de Março de 2012

O Conselho de Administração

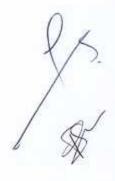
Jose António Marcos Soáres

Fernanda Maria Rodrigues Soares Medeiros

Bruno Roberto Gaspar de Faria,

James line





#### BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	NOTAS	31-12-2011	31-12-2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangiveis	7	3.355.515,05	2,455.891,50
Outros activos financeiros		0,00	0,00
		3.355.515,05	2.455.891,50
Activo corrente			
Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	8	155.850,10	107.855,63
Outras contas a receber		365,00	17,00
Diferimentos	9	488,73	480,19
Caixa e depósitos bancários	4	61.236,46	11.108,14
		217.940,29	119,460,96
Total do activo		3,573,455,34	2,575.352,46
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	6 e 10	50.000,00	50.000,00
Reservas legais		0,00	0,00
Resultados transitados		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
		50.000,00	50.000,00
Resultado liquido do período		0,00	0,00
Total do capital próprio	10	50.000,00	50.000,00
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11	3.258.664,62	2.342,424,06
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		3.258.664,62	2.342.424,06
Passivo corrente			
Fornecedores	12	1.931,93	3.389,01
Estado e outros entes públicos	8	550,85	740,46
Financiamentos obtidos	11	104,044,88	52,736,53
Outras contas a pagar	12	158.263,06	126,062,40
Diferimentos		0,00	0,00
		264.790,72	182.928,40
Total do passivo		3.523.455,34	2.525.352,46

OTécnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

12

J. Sundain

III - Demonstração dos resultados





#### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

			unid: euros
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2011	2010
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios à exploração		0,00	0,00
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	13	141.485,81	87.436,33
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	14	(39.866,78)	(29.422,33)
Gastos com o pessoal	15	(20.654,77)	(15.745,42)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		1.000,99	0,00
Outros gastos e perdas	16	(4.181,44)	(2.710,26)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		77.783,81	39.558,32
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(8.457,08)	(8.211,29)
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		69.326,73	31.347,03
Juros e rendimentos similares obtidos	17	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	17	(69.326,73)	(31,186,81)
Resultado antes de impostos		0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do periodo	8	0,00	0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

14

Burn Pane

IV - Demonstração das alterações no capital próprio



#### DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

		Capital F	róprio atribu	ido aos deter	ntores do ca	pital da emp	resa-mãe		
DESCRIÇÃO	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
A 1 de Janeiro de 2010		50.000,00	0,00	0,00	0.00	0.00	50.000,00	0,00	50.000,00
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0.00	0,00	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo inicial reexpresso		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0.00	50.000,00	0,00	50,000,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilistico		0,00	0.00	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilisticas		0,00	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação dos resultados de 2008		0,00	0.00	0,00	0,00	0.00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			313333		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO INTEGRAL					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital		0,00	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2010		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,000,00	0,00	50.000,00
A 1 de Janeiro de 2011		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilistico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilisticas		0,00	0.00	0,00	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO INTEGRAL					0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital		0,00	0,00	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribulções		0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ent responsibilities (September 1997)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2011	10	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Duno tanto

Jand uni





#### DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	NOTAS	2011	2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		(45.741,26)	(41.872,45)
Pagamentos ao pessoal		(21.755,02)	(13.368,75)
Caixa gerada pelas operações		(67.496,28)	(55.241,20)
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(844,38)	(29,89)
Outros recebimentos/(pagamentos)		295,29	(939,88)
Fluxos de caixa das actividades operacionais		(68.045,37)	(56.210,97)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	7	(793.490,71)	(375.917,90)
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos respeitantes a:		0,00	0,00
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento		(793.490,71)	(375.917,90)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	11	1.020.000,00	468.800,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	11	(52.451,05)	(9.101,14)
Juros e gastos similares		(55.884,55)	(29.098,12)
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		911.664,40	430.600,74
Variação de caixa e seus equivalentes		50.128,32	(1.528,13)
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		11.108,14	12.636,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	61.236,46	11.108,14
ARRIBARIA TARAN TARTI TARTATAR TARAK TARTAR TAR	5000	15-50-910-004000	

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Druno l'ani

Bundani.



Janolani Bunolani

# Anexo às demonstrações financeiras Exercício de 2011 e 2010

#### 1. Introdução

A MADALENAGIR S.A., S.A., tem por objecto social a criação, implementação, desenvolvimento, instalação, gestão, e conservação de equipamentos turísticos, desportivos, recreativos, culturais, ambientais e habitacionais de âmbito local no município da Madalena do Pico, e, complementarmente, promover a implementação, a construção, a gestão e a exploração de áreas, equipamentos e infraestruturas de desenvolvimento urbano e de construção prioritária no Concelho da Madalena do Pico, bem como a prestação de outros serviços conexos que tenham em vista a melhor utilização dos seus recursos disponíveis.

A MADALENAGIR foi constituída em 1 de Março de 2007, com um capital social de 50.000 euros, subscrito e realizado em numerário pela empresa municipal MADALENA PROGRESSO, E.M. que, em 19 de Março de 2010, passou a ser à única acionista, a qual garantiria directamente ou através da Câmara Municipal de Madalena do Pico, o financiamento da construção, instalação, gestão, exploração e conservação de equipamentos e desenvolvimentos urbanísticos de natureza diversa.

A MADALENAGIR rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e também por disposições específicas da Câmara Municipal da Madalena do Pico, com especial destaque no que respeita ao estabelecimento e definição dos investimentos públicos a realizar e na sua sustentação financeira.

#### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas e baseadas na estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística. Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrerse-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.



Jamo Vari

#### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Estas políticas têm sido consistentemente aplicadas todos os anos, salvo indicação em contrário.

#### (a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais efectivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados.

#### (b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos de financiamentos obtidos directamente relacionados com a construção e desenvolvimento de activos fixos tangíveis são considerados como parte integrante do custo desses activos até data da sua conclusão.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes e em conformidade com o período de vida útil estimado que se indica abaixo que são objecto de revisão anual, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados:

	Anos
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3

Os dispêndios subsequentes com a manutenção e reparação dos activos fixos tangíveis que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridos.



JS. ₩

O ganho ou a perda decorrente da alienação ou abate de activos fixos tangiveis, determinada como a diferença entre os proventos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada, é/ reconhecido em resultados no momento da sua ocorrência.

#### (c) Imparidade de activos fixos tangíveis

As quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respectivos activos.

A quantia recuperável do activo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

#### (d) Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando as houver.

#### (e) Imparidade de activos financeiros

As quantias escrituradas dos activos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objectiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses activos serão, ou não, afectados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objectivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

#### (f) Outras contas a pagar

As outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva.



J.S. Surolani

As outras contas a pagar são classificadas no passivo corrente, excepto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após o Balanço.

#### (g) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após a data de relato.

#### (h) Locações

Os contractos de locação são classificados em locações financeiras ou operacionais dependentemente de serem, ou não, transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. Assim, o respectivo activo fixo tangível e as correspondentes responsabilidades são reconhecidas no balanço, sendo são classificadas como um passivo corrente ou não em consonância com o plano financeiro contratual. Subsequentemente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

As rendas das locações operacionais são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período contratual.

#### (i) Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A MADALENAGIR S.A. S.A. desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os activos financeiros transferidos com o respectivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A MADALENAGIR S.A. desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.



Buroline

#### (j) Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe uma certeza razoável que na Empresa irá cumprir com as condições associadas à sua atribuição. Os subsídios que compensam despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas e os que compensam a aquisição de um activo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil estimada.

#### (k) Caixa e equivalentes a caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

#### (I) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato.

#### (m) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transacções registadas directamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.



Franco lanc

#### (n) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) possa estimar fiavelmente o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para reflectirem a melhor estimativa.

Os activos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

#### (o) Especialização de custos e proveitos

As despesas e receitas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Outras contas a pagar e a receber e diferimentos.

#### (p) Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principias estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transacções existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

#### (q) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não dão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

#### 4. Fluxos de caixa

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, tinha a seguinte composição:



/		
6	K	2
	X	2
	12	/
	Din	no lan

	2011	2010
Numerário	-	2
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	61.236	11.108
	61.236	11.108

#### 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2011, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2010, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

#### 6. Partes relacionadas

O capital social da MADALENAGIR é de 50.000 euros, representado por 50.000 acções ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

As acções representativas do capital social subscrito e realizado são assim detidas pela Madalena Progresso, E.E.M..

#### 7. Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido durante o ano no activo fixo tangível resume-se

#### 31 de Dezembro de 2011

	Saldo em 01-01-2011	Aquisições / Dotações	Transferências/ Abates	Saldo em 31-12-2011
Custo:				
Edifícios e outras construções		12.500	## E	12.500
Equipamento de transporte	38.775	14.600	-	53.375
Equipamento administrativo	226	11.268		11.495
Investimentos em curso	2.440.074	869.712		3.309.786
	2.479.075	908.081		3.387.156
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	5	1.250	159	1.250
Equipamento de transporte	23.026	6.628	120	29.654
Equipamento administrativo	157	579		736
13 CONTRACTOR (#1000 100 100 100 100 100 100 100 100 10	23.183	8.457		31.640
Valor líquido	2.455.892			3.355,515



Sunolari

#### 31 de Dezembro de 2010

	Saldo em 01-01-2010	Aquisições / Dotações	Transferências/ Abates	Saldo em 31-12-2010
Custo:				
Equipamento de transporte	23.825	14.950		38.775
Equipamento administrativo	226	545.004(0.51); ;= ;:::::::::::::::::::::::::::::::::	<u></u>	226
Investimentos em curso	1.909.195	530.879	3f_	2.440.074
	1.933.246	545.829	15	2.479.075
Depreciações acumuladas				
Equipamento de transporte	14.890	8.136	38	23.026
Equipamento administrativo	82	75	S5	157
	14.972	8.211	-	23.183
Valor líquido	1.918.274			2.455.892

O saldo dos investimentos em curso em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 compreendiam:

	2011	2010
Campo de futebol de S. Mateus	675.486	659.486
Aquisição de Imóvel	1.290.691	848.321
Encargos com estudos e projectos	857.568	588.342
Encargos de estrutura e financeiros (Nota 13)	486.041	343.926
	3.355.934	2.470.224

#### 8. Estado e outros entes públicos

Os saldos devedores e credores no final do ano resumiam-se como se segue:

	20	11	2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				64
Pagamentos por conta	1.723	2.5	1.039	35
Retenção na fonte	-			160
IRC a pagar	(*)	\$	-	
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	7 <b>5</b> 3	90		90
Trabalho independente	18	44	(5)	73
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	154.007	<del>-</del>	106.816	142
Contribuições para a segurança social	0.00	417		417
5.600 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	155.730	551	107.856	740

Brundari

A MADALENAGIR está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). O Orçamento de Estado para 2009 alterou as taxas de IRC, estabelecendo dois escalões de taxas, aos quais se aplicará a taxa de 12,5% (8,75% Região Açores) à matéria colectável até 12.500 euros, inclusive, e a taxa de 25% (17,5% Região Açores) à restante matéria colectável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos e 5 anos no que respeita à segurança social, excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais à declaração de impostos de 2011 e 2010 não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2011, não existiam quaisquer diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscais susceptíveis de registo contabilístico em impostos diferidos activos e passivos.

#### 9. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

	2011		2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Seguros	489		480	

#### 10. Capital realizado

O capital social da MADALENAGIR S.A. é de 50.000 euros, representado por 50.000 acções ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

As acções representativas do capital social subscrito e realizado são assim detidas pela Madalena Progresso, E.E.M..

O movimento registado nesta conta diz respeito exclusivamente à realização do capital social em 2007 e o resultado apurado no ano.



s em Bruntani

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foram aprovadas em Assembleia Geral realizada em 22 de Março de 2011.

#### 11. Financiamentos obtidos

Em 13 de Novembro de 2007, foi celebrado um financiamento bancário de longo prazo, que poderá atingir o montante máximo de 7.584.000 euros, subdivido em empréstimos autónomos de acordo com os investimentos especificamente realizados. Em 31 de Dezembro de 2011, estava utilizado o montante de 3.358.050 euros, correspondendo (i) 573.747 euros ao financiamento do projecto de arquitectura e de execução do Pavilhão Multiusos e requalificação das zonas envolventes e zona histórica da vila; (ii) 678.303 euros destinados à construção do campo de jogos de S. Mateus, (iii) 1.345.125 euros referente à construção do imóvel Sócio – Educativo, e (iv) 760.875 euros param a construção de pavilhão multiuso e o auditório municipal.

Estes empréstimos têm um prazo de 20 anos, e serão reembolsados em prestações semestrais de capital e juros, sucessivas e iguais, sendo estes calculados à taxa EURIBOR a seis meses acrescida de uma margem de 0,475%, cuja exigibilidade por anos poderá ser assim resumida:

Anos	Valor
2012	99.388
2013	136.884
2014	183.021
2015 e seguintes	2.938.757
	3.358.050

As obrigações emergentes deste financiamento estão garantidas pela totalidade dos fluxos financeiros provenientes da Câmara Municipal da Madalena do Pico e do accionista MADALENA PROGRESSO, E.M. conforme previsto no contrato-programa que esta empresa municipal celebrou com o município em de 2007, o qual também emitiu uma carta conforto para este efeito.

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor líquido da viatura adquirida em regime de locação financeira era de 4.500,63 euros. As responsabilidades financeiras deste contrato vencidas em 31 de Dezembro de 2010, bem como os juros vincendos, são exigíveis em:

Anos	Capital	Juros
2012	4.657	32
	4.657	32



Juno Vanic

#### 12. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de fornecedores e outras contas a pagar resume-se como segue:

2011	2010
1.932	3.390
2.072	45.941
1.485	2.970
25.238	11.034
129.044	65.000
424	1.117
158.263	126.062
	2.072 1.485 25.238 129.044 424

Em 31 de Dezembro de 2011, está registado na rubrica de Acréscimos de custos a verba de 129.044 euros referente a serviços de apoio na coordenação de projectos de investimentos prestados durante o ano de 2011 pelo accionista MADALENA PROGRESSO.

#### 13. Trabalhos para a própria empresa

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os gastos incorporados no custos dos activos fixos tangíveis em curso de construção resultaram de:

	2011	2010
Encargos de estrutura	72.159	56.250
Encargos financeiros	69.327	31.187
	141.486	87.436

#### 14. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica detalhava-se conforme se segue:

	2011	2010
Trabalhos especializados	27.020	23,470
Material de escritório	1.755	1.730
Deslocações e Estadas	1.814	1.402
Seguros	874	709
Contencioso e notariado	1.598	501
Outros	6.805	1.610
(17) (17) (17) (17) (17) (17) (17) (17)	39.867	29.422



# Suno lara

#### 15. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 detalham-se conforme se segue:

	2011	2010
Remunerações do pessoal	16.565	12.780
Encargos sobre remunerações	3.705	2.725
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	385	240
752 76	20.655	15.745

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, havia um trabalhador.

#### 16. Outros gastos e perdas

Em 31de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Outros gastos e perdas têm a seguinte composição:

	2011	2010
Impostos		
Directos	2.533	480
Indirectos	1.003	804
Taxas	280	1.155
	3.816	2.439
Insuficiência de estimativa para impostos		137
Outros	365	135
	4.181	2.710

#### 17. Juros e gastos similares

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica detalha-se como segue:

	2011	2010
Juros suportados		
De financiamentos obtidos	60.766	27.259
De mora e compensatórios	6	5
Outros juros	0	10
Imposto selo sobre os juros	8.555	3.914
	69.327	31.187



Os encargos financeiros suportados durante o ano foram, na sua totalidade, integrado no custo dos activos fixos tangíveis (69.327 euros - Nota 13).

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

four Elund he Se

Burolania.



Av. Infante D. Henrique, 3 – 2° 9500 - 150 PONTA DELGADA

Telef.: 296 283 246 Fax.: 296 283 078

Email: mbranco@uhy-portugal.pt

Web: www.uhy-portugal.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhor accionista.

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo da MADALENAGIR, S.A. respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

- No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
- O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da actividade da MADALENAGIR, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
- 3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da MADALENAGIR.
- O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
- 5. As políticas contabilisticas adoptadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correcta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais





- 6. Em face do que antecede, somos de parecer que:
  - (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, e
  - (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Madalena do Pico, 20 de Março de 2012

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

representada por Manuel Luis Fernandes Branco (ROC nº 652)



VIII - Certificação Legal de Contas





Av. Infante D. Henrique, 3 – 2° 9500 - 150 PONTA DELGADA

Telef.: 296 283 246 Fax: 296 283 078

Email: mbranco@uhy-portugal.pt

Web: www.uhy-portugal.pt

### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

#### Introdução

Examinámos as demonstrações financeiras anexas da MADALENAGIR, S.A., as quais compreendem 1. o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de balanço de 3.573.455 euros e um total de capital próprio de 50.000 euros, incluindo um resultado líquido nulo), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercicio findo naquela data e o correspondente Anexo.

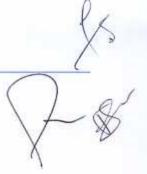
#### Responsabilidades

- É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que 2. apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilisticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no 3. nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### Âmbito

Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado 4. de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilisticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do





princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

- O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Reserva

7. São mantidas na rubrica de activos tangíveis fixos em curso diversas infra-estruturas e outros gastos, incluindo a capitalização integral de juros incorridos durante períodos de ritmo não normal de execução, que já deveriam ter sido objecto de transferência para exploração e amortização a taxas consideradas adequadas ou que existe a incerteza da sua concretização nas condições inicialmente previstas. Acresce ainda que esses investimentos de carácter social são de rentabilidade não assegurada e dependem da estratégia que o accionista vier a adoptar na política de desenvolvimento e de financiamento que manterá com a Empresa. As demonstrações financeiras anexas, que foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, não incluem quaisquer ajustamentos que a este respeito possam vir a ser considerados necessários em resultado desta situação.

#### Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da MADALENAGIR, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.





#### Relato sobre outros requisitos legais

É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Madalena do Pico 20 de Março de 2012

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA. representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)